

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

1- *Longe de mim a convicção de que a palavra arcaica diz a verdade, e de que a nós cabe a ela retornar armados dos novos meios da exegese para descobrir os segredos permanentes do "coração humano", da*

5 - *"natureza humana", do "estar-no-mundo". Por haver enunciado um primeiro sistema de representação mais simples, mais vigoroso, a palavra arcaica não tem outro privilégio, na minha opinião, se não o de ter sido a primeira a aparecer, e de ter por vezes imposto*

10 - *às eras consecutivas conservá-la na memória (consciente ou inconscientemente), para a repetir, transpor ou contradizer. O valor etimológico que se tem o direito de atribuir à palavra arcaica não implica mais do que uma relação de derivação: para atribuir-lhe uma*

15 - *autoridade superior, seria preciso admitir, por princípio, que tudo que foi anunciado no começo conservou a mais alta validade possível. O que foi proferido, imaginado, narrado na mais distante profundidade temporal a que possamos remontar não faz parte, por*

20 - *isso, das bases mais "profundas" do indivíduo. [...] No entanto, a imagem do passado conservado é sedutora. Essa imagem não cessou de nos manter sob seu encanto. Para justificá-la, é comum tomar de empréstimo à biologia a noção de herança filogenética.*

25 - *Conhece-se o uso que dela fez Freud, com a ideia do "fantasma originário" etc. Mitos e arquétipos reclamam o mesmo estatuto: sua antecedência, na ordem genética, parece dever assegurar-lhes uma posição e uma função centrais, na ordem estrutural. Respeitamo-los como se,*

30 - *por pertencer ao passado da espécie, adquirissem títulos suficientes para constituir a interioridade (o dentro do indivíduo). Quem quer que, a partir daí, se pusesse à escuta da palavra arcaica, empreenderia uma viagem para dentro, orientar-se-ia para esse lugar*

35 - *nuclear de si próprio em que perdura e persiste a origem... Pensamento sedutor, e cuja sedução está ligada a um postulado que escapa a toda demonstração: esse postulado é o do caráter universal e pregnante da palavra arcaica (ou do acontecimento*

40 - *arcaico). Na falta do que não se compreenderia que sua herança tenha podido inscrever-se posteriormente em todos os indivíduos. [...]*

(Jean Starobinski. À guisa de epílogo: "Odeio como as portas do Hades...". In **As máscaras da civilização**: ensaios. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 261-262)

### 1. No processo de argumentação, o autor

- concebe a *palavra arcaica* como aquela que, em virtude da sua simplicidade, expressa de maneira mais vigorosa e definitiva o que se abriga no mais íntimo do ser.
- considera como inerente e inevitável à *palavra arcaica*, por sua natureza inaugural, instituir-se como ponto de referência das eras que a sucedem.
- nega uma convicção para desviar contra-argumentos imediatos e, após detalhar os fundamentos da crença negada, assume-a sem restrição.
- toma como pressuposto que considerá-la como tendo consigo a verdade é um privilégio geralmente outorgado à *palavra arcaica*.
- advoga como dever moral de sua geração, em razão do aprimoramento de um saber prático, o retorno à palavra dos antigos.

### 2. Considerado o segundo parágrafo, é correto afirmar:

- Em *Na falta do que* (linha 40), o termo destacado pertence à mesma classe de palavra a que pertence o que se destaca em "Há um quê difícil de definir nessa sua versão do fato".
- O primeiro e o segundo períodos exemplificam caso de redundância que deve ser evitada, pois o segundo, meramente descritivo do já dito, não representa nenhum acréscimo ao desenvolvimento da argumentação.
- A frase introduzida por *No entanto* (linha 21) denota raciocínio que se contrapõe a inferência que argumentos anteriores propiciam; comprova-se essa ideia pela pertinência da substituição do conector por "Ainda assim".
- O emprego das formas verbais *pusesse, empreenderia, orientar-se-ia* (linhas 33 e 34), impondo uma natureza hipotética às ideias enunciadas no período, contamina o parágrafo, impedindo que outros fatos neste referidos sejam tomados em sua certeza.
- A forma verbal *tenha podido* (linha 41) foi empregada para exprimir fato considerado como certo no futuro.

### 3. A expressão que está adequadamente traduzida, considerado seu contexto, é:

- esse postulado é o do caráter universal e pregnante da palavra arcaica / essa premissa diz respeito à natureza da palavra arcaica / válida para todos e capaz de se impor ao espírito dos homens.
- armados dos novos meios da exegese* / munidos das conquistas da ciência que estuda as culturas dos povos antigos através do material fóssil que restou da vida desses povos.
- haver enunciado um primeiro sistema de representação* / ter definido a estrutura essencial que permite à mente a operação de manter presente em si mesma a imagem de um objeto que se encontra fora da consciência.
- tomar de empréstimo à biologia a noção de herança filogenética* / valer-se temporariamente de conceito próprio da botânica, que diz respeito especificamente à história evolutiva dos vegetais.
- adquirissem títulos suficientes para constituir a interioridade* / fossem capazes de provar sua autosuficiência com vistas a, legitimamente, serem reconhecidos como interioridade.

### 4. Considerado o primeiro parágrafo, é correto afirmar:

- na apresentação da tese, o segmento introduzido por dois pontos, à linha 14, é tomado como consequência da afirmação imediatamente anterior.
- e de *que* (linha 2) liga estruturas estabelecendo uma relação de adição entre os segmentos que completam o sentido de um nome.
- em *se não o de ter sido* (linhas 8 e 9), o termo destacado é pronome pessoal oblíquo, presente em lugar de *outro privilégio*.
- a preposição *por*, às linhas 5 e 9, indica em ambos os casos circunstância de "duração", equivalendo a "durante".
- a oração adjetiva *que se tem o direito de atribuir à palavra arcaica* (linhas 12 e 13), não tendo natureza restritiva, poderia vir entre vírgulas, sem nenhum prejuízo do padrão culto.

**Atenção:** Para responder às questões de números 5 a 7, considere o que segue.

Numa palestra para alunos de direito, na disciplina "Redação e linguagem jurídica", Theotonio Negrão abordou o tema "A linguagem do advogado". Transcreve-se um trecho de sua apresentação oral, que foi gravada e transcrita preservando-se a linguagem utilizada na interação com os graduandos.

*À primeira vista, a correção da linguagem é fundamental para o advogado. E por que fundamental? Não por patriotismo, mas porque o advogado que não consegue ter uma linguagem correta não consegue exprimir adequadamente seu pensamento. [...] A linguagem tem uma certa dignidade e essa dignidade deve ser atingida pelo advogado, que não deve transigir. [...] E a clareza é absolutamente necessária.*

O palestrante assinala que, entretanto, o óbvio, *aquilo que se chama de óbvio ululante*, deve ser evitado.



Afirma, ainda, sobre o uso da palavra: *Cada palavra deve ser necessária, não deve haver palavras sobrando, nem faltando.*

#### 5. Levando em conta o que foi dito acima sobre a linguagem, o fragmento que se revela apropriado é:

- a) (Ementa para um acórdão): "Quanto à pessoa que traz consigo, em ônibus de turismo, mercadorias adquiridas em outro país: não pratica crime de descaminho se espontaneamente não pagar os tributos relativos à internação, considerando ainda que não iluda a fiscalização para proceder desse modo".
- b) (Sentença): "Afirmo de garantir justa reparação do dano advindo ao autor, o requerido deverá publicar esta sentença, na íntegra e às expensas dele, no mesmo jornal em que a matéria indevida fora divulgada".
- c) (Sentença) "Julgo improcedente o pedido de ação cautelar, revogando a liminar concedida. Arcarão os autores, com o pagamento das custas e despesas do processo cautelar e dos honorários advocatícios, fixados em R\$ 300,00 (trezentos reais), com correção monetária a partir desta data".
- d) (Ementa para um acórdão) "Sob pena de dar azo ao enriquecimento ilícito da instituição financeira, a cobrança de contas-corrente só se justificam pela efetiva utilização da conta pelo cliente".
- e) (Ementa para um acórdão) "Ao início do processo, cada parte alega que tem razão; mas só no fim do processo, é que o Tribunal dará razão a quem efetivamente a tem".

#### 6. Ainda considerando a correção, a concisão e a clareza defendidas por Theotonio Negrão, é legítimo apontar como adequada a seguinte redação:

- a) Considerava que, dali há dias, seria totalmente exequível ainda que houvesse quem os considerasse visionários as manobras para a liberação da vultosa quantia, à medida que lhe tinham vindo à memória as exatas palavras do octagenário em seu leito de morte, em que deixava suas intenções bem claras e sem sombra de dúvidas.
- b) A performance é *jogo*, no sentido mais grave, senão no mais sacral, desse termo; é espelho, desdobramento do ato e dos atores: além de uma distância gerada por sua própria intenção, os participantes veem-se agir e gozam desse espetáculo livre de sanções naturais.
- c) Criou-se, de fato, faz muitos anos já, essas outras medidas para os estudos da área, constituindo um eixo axial para todos os que sentem a propulsão inovadora, querendo pensar em novos moldes questões culturais e perscrutando aspectos até então ignorados pelos pesquisadores.
- d) Acredito haver um abismo entre os proponentes dos projetos e a verba que está à disposição para lhe ser destinada, motivo pelo qual existem muitos que decidiram investir em outro tipo de oportunidade: passaram meses em estágios no exterior e revendo a bibliografia do tema em que querem se tornar expertos.
- e) Consultando o arquivo, a iluminação ficou intermitente; com a chegada do técnico e seus auxiliares, verificaram que a fiação estava comprometida, e sua orientação foi no sentido de que era necessária ampla reforma no monastério, pois quaisquer que fossem os reparos, o conserto não sortiria efeito.

#### 7. Tomando como parâmetro os comentários do palestrante, a frase que se revela totalmente adequada é:

- a) Não tergiverse como sói acontecer, pois, ao invés de solucionarmos o problema dos reincidentes, o postergaremos, e eu, obcecado na ideia de recuperá-los, mais uma vez verei freados meus esforços.
- b) Disse-lhe sem rodeios: Meritíssimo Senhor, protesto contra vossa humildade; acaso não mereçais o título que vos oferecem? E Sua Excelência retrucou que não era dado a tais honrarias.
- c) Sempre tachando de mau-caráter quem não lhe cedia às vontades, tratava com arrogância o colega que lhe infligia crítico distanciamento, sem ao menos se dignar a cumprimentá-lo.
- d) De tanto deparar-se com a ex-cunhada a achacar o irmão e o sobrinho, resolveu, e o fez prazerosamente, denunciá-la por extorsão, a despeito de como isso o afetaria emocionalmente.

e) Parece terem havido muitos casos de mendigância na cidade, a que excedem, sem dúvida, os casos de relutância contra as novas maneiras de abordagem, mesmo por parte de associações beneficentes.

**Atenção:** A questão de número 8 refere-se ao texto que segue.

*A modernidade é o produto [de] processos globais de racionalização, que se deram na esfera econômica, política e cultural.*

[...]

*... a racionalização cultural envolve a dessacralização das visões do mundo tradicionais (Entzauberung) e a diferenciação em esferas de valor autônomas (Wertsphären), até então embutidas na religião: a ciência, a moral e a arte. A ciência moderna permite o aumento cumulativo do saber empírico e da capacidade de prognose, que podem ser postos a serviço do desenvolvimento das forças produtivas. A moral, inicialmente em relação simbiótica com a religião, se torna cada vez mais secular: ela passa a derivar de princípios gerais, e adquire caráter universalista, distinguindo-se nisto das morais tradicionais, cujos limites coincidiam com os do grupo ou do clã. Enfim, surge a arte autônoma, destacando-se do seu contexto tradicionalista (arte religiosa) em direção a formas cada vez mais independentes, como o mecenato e a produção para o mercado. Cada uma das esferas de valor se desenvolve dentro de contextos institucionais próprios ↓ as universidades e laboratórios, no caso da ciência, a comunidade dos juristas, no caso do direito, e no caso da arte o sistema de produção, distribuição e consumo dos bens estéticos, assim como a crítica, mediando entre o artista e o público.*

(Sergio Paulo Rouanet. Ilustração e modernidade. In **Mal-estar na modernidade**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 120-121)

#### 8. Compreende-se corretamente que, para o autor,

- a) a autonomia da arte é a última consequência da visão universalista que passou a caracterizar os grupos sociais, que almejavam a utopia do sistema de produção para o mercado.
- b) as instituições se modernizam quando a crítica demonstra a capacidade de ajustamento de seus contextos às necessidades próprias das distintas esferas do conhecimento, a ciência, o direito, a arte.
- c) o inevitável progresso da cultura, no âmbito global, deu à ciência, à moral e à arte uma feição de modernidade, quando, então, rejeitaram as formas tradicionais do sagrado.
- d) a tradicional antinomia entre a moral e os dogmas religiosos determinou a laicização do conjunto de princípios que sempre norteou a vida do grupo ou do clã.
- e) a ciência moderna conhece avanços que lhe potencializam a antevisão de eventos e situações, contexto de que o processo produtivo pode se beneficiar.

**Atenção:** As questões de números 9 a 12 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*Acelerou-se, em outubro, o ritmo dos empréstimos, em especial os contratados pelo setor privado, mas menos do que no mesmo período do ano passado. Entre setembro e outubro de 2004, os saldos totais dos empréstimos com recursos livres e direcionados, para financiar vendas de fim de ano, cresceram mais de R\$ 12 bilhões. No mesmo período deste ano o valor foi de R\$ 9 bilhões, o que é pouco em face da sazonalidade, embora mais do que os R\$ 6 bilhões do bimestre anterior. O crédito total atingiu 30% do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento superior ao de setembro e outubro do ano passado. Trata-se do percentual mais elevado do período recente, mas inferior à média mundial. Na nota sobre Política Monetária e Operações de Crédito, distribuída pelo BC, as autoridades reconhecem que a expansão observada até agora na oferta de crédito não é condizente com as necessidades do último trimestre do ano. É um fator a mais a favor da conveniência de se acelerar a política de redução dos juros.*



(Adaptado de **O Estado de S. Paulo**, Economia B2, 27 de novembro de 2005)

**9. Resume-se o sentido principal do texto da seguinte maneira:**

- a) Crédito contratado pelo setor privado.
- b) Efeitos da atual política de redução de juros.
- c) Expansão insatisfatória do crédito.
- d) Recursos direcionados para crédito.
- e) Crescimento sazonal do crédito.

**10. Tendo em vista o contexto, é correto afirmar que se emite uma opinião na**

- a) constatação de que o crédito total atingiu 30% do Produto Interno Bruto.
- b) defesa da conveniência de reduzir os juros cobrados dos tomadores.
- c) informação sobre a disponibilidade de crédito para financiar vendas de final de ano.
- d) censura, ainda que sutil, ao fato de ter o setor privado sobrepujado o público.
- e) verificação de que a média mundial é superior ao percentual brasileiro.

**11. Traduz-se corretamente o sentido do 1º parágrafo do texto em:**

- a) O valor de empréstimos entre setembro e outubro de 2005 supera o do bimestre anterior, mas é menor em relação ao do mesmo período do ano passado.
- b) Tomando-se como base de comparação o valor de empréstimos nos períodos correspondentes em 2004 e 2005, há um pequeno aumento no momento atual.
- c) Vendas de final de ano, caracterizadas por sazonalidade, estão sujeitas a liberação de empréstimos que superam, neste ano, os valores referentes aos do ano passado.
- d) O setor privado tem garantido a liberação de recursos direcionados às vendas de fim de ano, bem superiores aos valores disponíveis na mesma época, em 2004.
- e) Empréstimos deste final de ano, referentes a setembro e outubro, parecem ainda pouco expressivos, mantendo-se em queda constante desde o bimestre anterior.

**12. É um fator a mais a favor da conveniência de se acelerar a política de redução dos juros. (última frase)**

Considere as alterações feitas em relação ao segmento grifado acima:

I. Substituindo-se a *política de redução dos juros* por **os empréstimos**, a frase passaria a ser **de se acelerarem os empréstimos**.

II. É possível transcrever a frase, com o mesmo sentido original, como **É um fator a mais a favor da conveniência da aceleração da política de redução dos juros**.

III. A oração grifada tem função sintática de **complemento nominal**, considerando-se a estrutura do período.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) III, somente.
- c) I e II, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

**Atenção:** As questões de números 13 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*A marcha ainda é lenta, mas o caminho para a renda mista insinua-se promissor. Analistas atestam o esforço dos investidores em ser menos acanhados e até sua disposição incipiente para considerar alguns riscos em troca de embolsar ganhos mais vultosos. O ambiente, por sua vez, tem se mostrado*

*cada vez mais propício a uma passagem gradual.*

*Com a expectativa no mercado de que a elevação da taxa Selic seja interrompida pelo Banco Central e de que a reversão da trajetória ocorra este ano, a remuneração dos fundos de renda fixa – que, historicamente, detêm a preferência nacional – tende a se tornar menos atraente.*

*Ao mesmo tempo, especialistas sabem que a plena inclinação à renda variável continua restrita, pois o poupador brasileiro é carente de atrevimento. Daí se presume que a renda mista possa seguir na conquista de mais adesões.*

(Adaptado de **Estadão Investimentos**, abril 2005, p. 42)

**13. O primeiro período do texto aparece reescrito, com lógica e correção, SEM alteração do sentido original, em:**

- a) A timidez dos investidores promete um caminho lento, enquanto seguro, para obtenção de renda mista.
- b) Investidores sentem-se acanhados de disputar ganhos mais vultosos, se isso depende o caminho da renda mista.
- c) Renda mista é uma forma de investimentos que está sendo mais vultoso em seus ganhos para o ambiente dos investidores.
- d) Investimentos em renda mista prometem bons resultados, embora seu crescimento ocorra de forma ainda bastante tímida.
- e) Caminhar para renda mista é o que os investimentos parecem sinalizarem na marcha dos investidores, contudo acanhados.

**14. O texto, por sua linguagem, apresenta-se**

- a) taxativo, na indicação de determinado tipo de investimentos, bastante rentáveis.
- b) cuidadoso, ao detectar tendências de investimentos no mercado, passíveis de obtenção de bons lucros.
- c) temeroso, no sentido de apontar os elevados riscos para alguns investidores em determinado tipo de investimentos.
- d) crítico, na avaliação do comportamento de investidores que resistem a mudanças, necessárias no mercado.
- e) atento às oscilações do mercado, alertando para as dificuldades pré-existentes em investimentos de alto risco.

**15. – que, historicamente, detêm a preferência nacional – (2º parágrafo)**

Considerando-se o contexto, os travessões

- a) introduzem ressalva à afirmativa anterior.
- b) assinalam citação exata de outro interlocutor.
- c) estabelecem uma enumeração de fatos relevantes.
- d) apontam um segmento intencionalmente ambíguo.
- e) isolam um comentário opinativo, com função explicativa.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**16. Acerca da disciplina da Defensoria Pública na Constituição Federal e do entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, é correto afirmar que**

- a) é inconstitucional a norma estadual que atribua à Defensoria Pública do Estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo.
- b) a vedação ao exercício, pelo Defensor Público, da advocacia fora de suas atribuições institucionais incide somente após a fixação dos subsídios aplicáveis às carreiras típicas de Estado.
- c) é constitucional a norma estadual que imponha à Defensoria Pública do Estado a obrigatoriedade de assinatura de convênio exclusivo com a OAB ou com qualquer outra entidade para a prestação de serviço jurídico integral e gratuito aos necessitados.
- d) é constitucional a norma estadual que estabeleça a vinculação da Defensoria Pública à Secretaria de Justiça do respectivo estado-membro.
- e) é constitucional a norma estadual que disponha sobre a contratação temporária de advogados para o exercício da função de defensor público no âmbito da Defensoria Pública do estado-membro correspondente.



**17. No que se refere à Hermenêutica Constitucional, é correto afirmar que:**

- a) há hierarquia entre normas constitucionais originárias, admitindo-se a declaração de inconstitucionalidade de determinada norma em face de outra, gerando assim declaração das normas constitucionais inconstitucionais.
- b) o princípio da unidade da Constituição prevê que o intérprete deve considerar o texto na sua globalidade de forma a se evitarem contradições e antinomias entre normas constitucionais.
- c) o princípio da unidade da Constituição permite ao intérprete larga discricionariedade, que favorece o subjetivismo voluntarista das consequências políticas.
- d) o princípio da interpretação conforme a Constituição permite que na resolução de problemas jurídico-constitucionais deve dar-se primazia aos critérios ou pontos de vista que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política.

**18. A respeito do poder constituinte e dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.**

- a) A dissolução compulsória de associação já constituída ocorrerá por decisão judicial, não sendo necessário, em face da comprovação de atividade ilícita, aguardar o trânsito em julgado para a efetiva dissolução.
- b) Na hipótese de cancelamento de naturalização por decisão judicial fundada na constatação de ocorrência de prática de atividade nociva ao interesse nacional, o interessado não pode readquirir naturalização mediante novo processo de naturalização.
- c) No sistema brasileiro, o exercício do poder constituinte originário implica revogação das normas jurídicas inseridas na constituição anterior, apenas quando forem materialmente incompatíveis com a constituição posterior.
- d) Conforme regra expressamente prevista na CF, os estados-membros devem obrigatoriamente observar as linhas fundamentais do modelo federal no que se refere ao modo de elaboração da constituição estadual.
- e) Segundo a doutrina, a proteção dada pela CF ao direito de propriedade autoral é dirigida exclusivamente aos direitos patrimoniais, não se estendendo, por exemplo, aos direitos morais do autor.

**19. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que as medidas provisórias**

- a) não podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, uma vez que não possuem a natureza jurídica de lei.
- b) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade no que tange aos seus aspectos formais, mas não em relação aos seus aspectos materiais e aos requisitos de urgência e relevância para a sua edição, os quais se submetem à discricionariedade do Presidente da República.
- c) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade no que tange aos seus aspectos formais e materiais, mas não em relação aos requisitos de urgência e relevância para a sua edição, os quais se submetem à discricionariedade do Presidente da República.
- d) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade no que tange aos seus aspectos formais e materiais, bem como, excepcionalmente, em relação aos requisitos de urgência e relevância para a sua edição.
- e) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade somente depois de convertidas em lei.

**20. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito, em razão dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais que lhes são conferidos pelo artigo 58, § 3º da Constituição Federal, estão autorizadas a decretar, por ato devidamente fundamentado e em relação às pessoas por elas investigadas, a**

- a) aplicação de multas e quebra do sigilo bancário.
- b) indisponibilidade de bens e quebra de sigilo bancário.
- c) prisão e aplicação de multa.
- d) quebra de sigilos bancário, fiscal e de registros telefônicos.
- e) indisponibilidade de bens e quebra de sigilo fiscal.

**21. A leitura do lema “Educação: direito de todos e dever do Estado!” à luz do Direito Constitucional favorece o entendimento de que:**

- a) o direito fundamental à educação exclui o direito à creche, dado tratar-se de dever da família.
- b) a educação é dever exclusivo do Estado, sendo, portanto, alheio à família e à sociedade.
- c) o dever do Estado com a educação dos deficientes é de atendimento educacional especializado, obrigatoriamente, fora da rede regular de ensino.
- d) a gratuidade do ensino público veda a percepção de quaisquer valores pelos estabelecimentos oficiais ainda que de cunho voluntário.
- e) a omissão no oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público importa em responsabilidade da autoridade competente.

**22. Com referência a aspectos pertinentes aos poderes da República, assinale a opção correta.**

- a) De acordo com entendimento do STF, a perda de mandato do parlamentar por condenação em ação de improbidade administrativa transitada em julgado dependerá de votação pela casa do parlamentar.
- b) Compete privativamente ao Congresso Nacional permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.
- c) Na hipótese de crime comum praticado pelo presidente da República, o recebimento da denúncia pelo STF independerá de juízo positivo de admissibilidade da Câmara dos Deputados.
- d) Não compete ao STF processar e julgar ações populares contra o presidente da República, mesmo quando a questão debatida envolver conflito federativo.
- e) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os membros do Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade.

**23. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que as medidas provisórias**

- a) não podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, uma vez que não possuem a natureza jurídica de lei.
- b) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade no que tange aos seus aspectos formais, mas não em relação aos seus aspectos materiais e aos requisitos de urgência e relevância para a sua edição, os quais se submetem à discricionariedade do Presidente da República.
- c) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade no que tange aos seus aspectos formais e materiais, mas não em relação aos requisitos de urgência e relevância para a sua edição, os quais se submetem à discricionariedade do Presidente da República.
- d) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade no que tange aos seus aspectos formais e materiais, bem como, excepcionalmente, em relação aos requisitos de urgência e relevância para a sua edição.
- e) podem ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade somente depois de convertidas em lei.

**24. Assinale a opção correta a respeito das funções essenciais à justiça.**

- a) Segundo entendimento do STF, a imunidade do advogado assegurada pela CF se estende às relações desse profissional com o seu cliente.
- b) Será constitucional regra inserida em constituição estadual que reconheça ao DP a possibilidade de exercer a advocacia privada.
- c) O MP Federal escolherá o Corregedor Nacional do Conselho Nacional do MP entre seus integrantes, vedada a recondução.
- d) Compete à Advocacia-Geral da União a representação judicial da União, circunstância que lhe autoriza a representação judicial não somente do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.
- e) A CF conferiu aos estados-membros a competência para dispor, no âmbito das respectivas constituições, sobre o tempo de exercício



no cargo necessário para a aquisição da estabilidade por parte dos membros de suas procuradorias-gerais ou advocacias-gerais de estado.

**25.No que tange ao controle de constitucionalidade no âmbito estadual, é correto afirmar que**

a) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Federal, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

b) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, desde que com atribuição exclusiva da legitimação para agir ao Procurador-Geral da Justiça.

c) cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

d) cabe aos Estados, por meio da Justiça Comum, o controle difuso da constitucionalidade, sendo vedado expressamente no texto constitucional o controle concentrado da constitucionalidade no âmbito estadual.

## DIREITO CIVIL

**26.Em relação ao abuso do direito, analise as assertivas abaixo.**

I. O legislador inseriu o abuso do direito no Código Civil entre os atos ilícitos, definindo-o como hipótese de responsabilidade civil.

II. Configura hipótese de responsabilidade civil subjetiva pelo exercício de um direito lícito, porém manifestamente excessivo em relação aos limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes, independentemente de dano.

III. O reconhecimento do abuso do direito pelo exercício inadmissível de posição jurídica exige a ocorrência de dano patrimonial ou extrapatrimonial a ser indenizado ou compensado pelo titular do direito.

IV. É possível o reconhecimento do abuso do direito pelo exercício inadmissível de posição jurídica por ofensa à boa-fé objetiva, como ocorre nas hipóteses de venire contra factum proprium, supressio, surrectio e tu quoque.

V. É uma cláusula geral que tem fundamento constitucional no princípio da solidariedade, dentre outros, e que exerce a função limitativa, restritiva ou de controle da boa-fé objetiva.

Está correto APENAS o que se afirma em :

- a) III, IV e V.
- b) I, IV e V.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) II, III e V.

**27.Com relação aos direitos de personalidade, assinale a opção correta.**

a) Considere que, durante uma festa realizada em residência particular, uma convidada entre no quarto da dona da casa e pegue o diário pessoal desta. Nesse caso, evidencia-se ofensa ao direito à intimidade, especificamente ao segredo doméstico.

b) Suponha que Mário tenha formalizado ato de disposição gratuita do próprio corpo, para depois da morte, em benefício da faculdade de medicina onde se formara e que, em razão de acidente de trânsito, chegue ao hospital com morte cerebral. Nessa situação, como o ato de disposição é irrevogável, o corpo de Mário deve ser encaminhado diretamente para a faculdade de medicina.

c) Uma das características dos direitos da personalidade é a imprescritibilidade, por isso ação que objetive reparação de dano moral pode ser ajuizada a qualquer tempo.

d) Considere que um jornal de grande circulação noticie a comemoração do aniversário da filha de um famoso jogador de

futebol já falecido, com a manchete Pais que não acompanham seus filhos, seguida da foto do jogador preso nas ferragens do carro no acidente em razão do qual ele falecera. Nessa situação, não há ofensa do direito da personalidade do falecido.

e) Suponha que uma revista de circulação nacional publique fotos de determinada celebridade e de sua mãe em um baile de formatura, sem o consentimento delas. Nesse caso, não há ofensa ao direito da personalidade, visto que o direito de informação prevalece sobre o da personalidade.

**28.São nulos os atos**

a) praticados com a reserva mental de se descumprir a avença, tenha ou não conhecimento do fato o destinatário da manifestação.

b) emanados de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

c) quando a lei taxativamente os declarar nulos ou lhes proibir a prática sem cominar sanção.

d) praticados sob coação ou em fraude contra credores.

e) praticados pelos relativamente incapazes.

**29.Sobre o Direito Obrigacional, é correto afirmar:**

a) Caso o devedor, no desempenho de sua capacidade civil e de forma espontânea, pague dívida prescrita, não poderá requerer a repetição do pagamento.

b) Firmado contrato de compra e venda pelo qual o vendedor se obriga a entregar ao adquirente um dos dois imóveis de sua propriedade, caberá ao credor a escolha, caso não prevista hipótese distinta na pactuação.

c) Na obrigação de dar coisa certa, o credor pode ser instado a receber coisa diversa, quando esta for mais valiosa.

d) Ao efetivar o adimplemento da obrigação, o devedor tem direito a quitação regular pelo credor, mas não pode reter o pagamento em caso de não lhe ser alcançado recibo ou outra prova da quitação, sob pena de configuração da mora.

e) Descumprida a obrigação, fora dos parâmetros contratados, se concretiza o inadimplemento absoluto, independentemente da prestação ainda se mostrar útil ao credor.

**30.A respeito da disciplina dos contratos, é lícito afirmar que**

a) o distrato somente será admitido se feito pela mesma forma exigida para o contrato.

b) o contrato real é o que se aperfeiçoa com a transferência do direito de propriedade de um bem ao credor.

c) o contrato faz lei entre as partes e, uma vez celebrado, vigora, em qualquer hipótese, o princípio segundo o qual pacta sunt servanda.

d) as obrigações decorrentes de todo e qualquer contrato serão válidas na medida em que atendam aos princípios da boa-fé objetiva e de sua função social, bem como sejam reduzidas a instrumento escrito em letras com fonte não inferior ao corpo 12, de modo a facilitar sua compreensão.

e) o contrato real aperfeiçoa-se e valida-se com a entrega de um bem, sendo irrelevante a existência de consenso.

**31. Menor de 17 anos, por culpa, lesiona pessoa capaz, causando danos materiais. Reside com o pai e é órfão de mãe. Considerando que o menor foi emancipado, por ato voluntário do pai,**

a) o filho responderá sozinho pelos prejuízos.

b) pai e filho responderão solidária e equitativamente pelos prejuízos.

c) o pai responderá sozinho pela totalidade dos prejuízos.

d) pai e filho responderão solidariamente pela totalidade dos prejuízos.

e) o filho responderá sozinho, mas equitativamente, pelos prejuízos.



### 32.Com relação a posse, assinale a opção correta.

- a) Nas ações possessórias, é indispensável a outorga uxória no polo ativo, assim como o litisconsórcio é necessário no polo passivo da demanda.
- b) As teorias sociológicas da posse conferem primazia aos valores sociais nela impregnados, como um poder fático de ingerência socioeconômica concreta sobre a coisa, com autonomia em relação à propriedade e aos direitos reais.
- c) Tanto na teoria subjetiva quanto na objetiva, a posse é caracterizada como a conjugação do elemento corpus com o elemento animus, caracterizando-se o animus, na primeira, como a vontade de ser dono, o animus domini, e, na segunda, referindo-se à própria coisa, o animus rem sibi habendi.
- d) A natureza jurídica da posse é a de direito real, haja vista que uma de suas características é a oponibilidade erga omnes, inclusive contra o proprietário.
- e) O direito de sequela do possuidor é absoluto, cedendo apenas ante o direito de propriedade por meio da ação reivindicatória, bem como ante a boa fé de terceiros, o que se justifica pelo fato de não ser conferida à posse a mesma publicidade conferida à propriedade pelo registro ou tradição.

**33.Júlia, aos 16 (dezesseis) anos, mora com sua mãe Maria, que é viciada em substância tóxica. Negligenciando suas obrigações familiares, Maria perdeu, por decisão judicial, o poder familiar sobre sua filha Júlia, nomeando-se tutor para assistir Júlia em seus atos da vida civil. Maria foi internada para tratamento de saúde, com o objetivo de se recuperar do vício. Durante a internação, em razão de seu grave estado de saúde, Maria nomeou tutor, por testamento público, para assistir sua filha Júlia caso não recuperasse sua boa saúde e o poder familiar. Maria faleceu alguns meses após sua internação e, logo em seguida, Júlia casou-se com seu namorado. Diante deste cenário fático, assinale a alternativa correta.**

- a) É nula a disposição testamentária realizada por Maria para nomear tutor para Júlia e a tutela vigente cessou com o casamento da menor.
- b) O casamento de Júlia não interfere na tutela, devendo ser assistida nos atos de sua vida civil até que complete 18 (dezoito) anos de idade.
- c) Em que pese a perda do poder familiar por Maria, a eficácia do casamento de Júlia depende da autorização de sua mãe e do tutor em exercício.
- d) Com o falecimento de Maria, necessária a substituição do tutor por aquele indicado no testamento público confeccionado, devendo Júlia ser assistida nos atos de sua vida civil até que complete 18 (dezoito) anos de idade.

### 34.A união estável

- a) equipara-se, para todos os fins, ao casamento civil, inclusive no que toca à prova.
- b) pode ser constituída entre pessoas casadas, desde que separadas judicialmente ou de fato.
- c) demanda diversidade de gêneros, de acordo com recente entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- d) será regida, em seus aspectos patrimoniais, pelo regime da separação obrigatória, salvo disposição contrária em contrato firmado pelos companheiros.
- e) se dissolvida, não autoriza os companheiros a pedirem alimentos.

### 35.Acerca das sucessões, assinale a opção correta.

- a) A sucessão abre-se no lugar da morte do falecido.
- b) A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade, conforme seja legítima ou testamentária, e, havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança.
- c) A companheira ou o companheiro, na sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos na vigência da união estável, concorre com descendentes só do autor da herança, tendo direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída a cada um deles.
- d) Legitimam-se a suceder apenas as pessoas já nascidas no momento da abertura da sucessão, não havendo direitos sucessórios do nascituro.

- e) Aberta a sucessão pelo ajuizamento da ação de inventário, a herança transmite-se por sentença que homologa a partilha de bens aos herdeiros legítimos e testamentários.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### 36.Em relação à ação, é correto afirmar:

- a) Os elementos da ação são as partes, o pedido e a causa de pedir, servindo para identificá-la e não se confundindo com suas condições.
- b) Se os elementos da ação forem idênticos, ter-se-á a configuração de continência ou conexão, conforme a natureza da demanda.
- c) Se os elementos da ação forem semelhantes, ter-se-á a caracterização de litispendência ou coisa julgada.
- d) O direito de ação em sentido estrito é incondicionado, por decorrer do direito de acesso à justiça.
- e) As condições da ação constituem matéria de ordem pública e, assim, devem ser arguidas pela parte, não podendo ser reconhecidas de ofício pelo juiz.

### 37.Examine os enunciados seguintes:

I. O litisconsórcio multitudinário poderá ser limitado pelo juiz, caso se trate de litisconsórcio facultativo e não necessário, desde que o número de litigantes seja tal que comprometa a rápida solução do litígio ou dificulte a defesa da parte adversa.

II. Quando o litisconsórcio for necessário por força de lei, também será sempre unitário, isto é, a sentença será sempre igual para os litisconsortes.

III. Na maioria dos casos o litisconsórcio facultativo é simples, ou seja, sua formação será opcional e a sentença poderá ser diferente para os litisconsortes, o que não ocorre com a sentença proferida no litisconsórcio unitário.

No tocante ao litisconsórcio, são corretos os enunciados

- a) I e II.  
b) I e III.  
c) II e III.  
d) II, apenas.  
e) I, apenas.

### 38.Quanto aos atos processuais, é correto afirmar:

- a) O prazo para sua prática é contínuo, seja estabelecido pela lei ou pelo juiz, mas é interrompido nos feriados.
- b) Pelo princípio da publicidade dos atos processuais, bem como do direito à informação, não pode haver atualmente nenhum processo que corra em segredo de justiça.
- c) Acolheu-se entre nós o princípio da liberdade das formas, considerando-se como válidos os atos processuais que, realizados de modo diverso, lhe preenchem a finalidade essencial, salvo se dependerem de forma determinada expressamente exigida por lei.
- d) A superveniência de férias interromperá o curso do prazo para a prática dos atos processuais.
- e) Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar prazos processuais de qualquer natureza.

### 39.Quanto à formação, suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:

- a) Durante a suspensão do processo pelos motivos previstos em lei é defeso praticar qualquer ato processual, sem exceção.
- b) O processo civil começa e se desenvolve por iniciativa da parte, cabendo ao juiz supervisioná-lo para que atinja o seu desfecho com a prestação jurisdicional.
- c) A morte ou perda da capacidade processual do autor conduz à extinção do processo, enquanto a morte ou perda da capacidade processual do réu leva à suspensão do processo para habilitação dos herdeiros.



d) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem a anuência do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.

e) A ocorrência da extinção do processo por litispendência ou coisa julgada dar-se-á com resolução do mérito.

---

**40. Em relação aos recursos, é correto afirmar:**

a) O conhecimento de um recurso pelo órgão ao qual caiba seu julgamento implica a consequência jurídica de seu exame de mérito, para necessariamente provê-lo.

b) Todos os recursos são interpostos perante o mesmo órgão julgador da decisão recorrida, isto é, ao órgão jurisdicional a quo.

c) O prévio juízo de admissibilidade recursal é feito diretamente pelo órgão jurisdicional ao qual se tenha recorrido, ou seja, o órgão jurisdicional ad quem.

d) Da decisão que recebe ou não o recurso interposto cabe apelação, por seu caráter de definitividade.

e) Como regra geral, não se podem invocar no recurso matérias que não tenham sido arguidas e discutidas anteriormente, até a prolação da sentença.

---

**41. Examine os enunciados seguintes, no tocante às medidas cautelares:**

I. Se por qualquer motivo cessar a eficácia da medida cautelar, poderá a parte repetir o pedido, pelo mesmo ou por novo fundamento.

II. As medidas cautelares conservam a sua eficácia no prazo de trinta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório, e na pendência ao processo principal; mas podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas.

III. A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.

IV. As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal. Se interposto recurso, a medida cautelar continuará sendo requerida ao juiz competente para o conhecimento da ação principal.

Está correto o que se afirma em

- a) III e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

---

**42. Quanto às execuções das obrigações de fazer e de não fazer, é INCORRETO afirmar:**

a) Se o contratante não prestar o fato no prazo, ou se o praticar de modo incompleto ou defeituoso, poderá o credor requerer ao juiz, no prazo de 10 (dez) dias, que o autorize a concluí-lo, ou a repará-lo, por conta do contratante.

b) Quando o objeto da execução for obrigação de fazer, o devedor será citado para satisfazê-la no prazo que o juiz lhe assinar, se outro não estiver determinado no título executivo.

c) Se o fato puder ser prestado por terceiro, é lícito ao juiz, a requerimento do exequente, decidir que aquele o realize à custa do executado.

d) Nas obrigações de fazer, quando for convencionado que o devedor o faça pessoalmente, o juiz fixará em regra o prazo de trinta dias para seu cumprimento, podendo aumentar esse prazo de acordo com a complexidade da obra.

e) Se o credor quiser executar, ou mandar executar, sob sua direção e vigilância, as obras e trabalhos necessários à prestação do fato, terá preferência, em igualdade de condições de oferta, ao terceiro.

---

**43. Assinale a alternativa correta a respeito da liquidação de sentença.**

a) A liquidação de sentença não pode ser realizada por forma diversa da estabelecida na sentença.

b) Não podem ser incluídos na liquidação os juros moratórios quando não arbitrados pela sentença.

c) A liquidação por artigos é julgada por sentença, da qual cabe apelação.

d) Incumbe ao devedor a antecipação dos honorários periciais em fase de liquidação por arbitramento ou por artigos.

---

**44. Contra decisão monocrática do relator, que defere a concessão de efeito suspensivo a recurso de agravo de instrumento, é cabível**

a) mandado de segurança.

b) agravo ao órgão julgador colegiado

c) recurso especial ou recurso extraordinário.

d) agravo de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça.

---

**45. Sobre a ação de alimentos e a execução de alimentos, é correto afirmar que**

a) o rito da prisão não pode ser adotado para execução de alimentos transitórios.

b) o procedimento previsto para o cumprimento de sentença não se aplica às execuções de alimentos fixados em título judicial.

c) a morte do réu no curso da ação de alimentos acarreta sua sucessão pelo respectivo espólio.

d) o Ministério Público possui legitimidade para a propositura de ação de alimentos em favor de criança ou adolescente.

---

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

---

**46. É princípio norteador da política nacional das relações de consumo:**

a) reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, desde que hipossuficiente financeiro.

b) ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor pela presença do Estado no mercado de consumo.

c) racionalização e melhoria dos serviços privados de consumo.

d) incentivo à criação pelas defensorias públicas de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços.

---

**47. Assinale a alternativa correta, no que concerne aos vícios de quantidade do produto.**

a) O fabricante responde objetivamente e o comerciante subsidiariamente.

b) O consumidor poderá exigir, à sua escolha, a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios ou de qualidade superior, sem custos adicionais.

c) O consumidor poderá exigir a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos, somente quando impossível a substituição do produto.

d) O fornecedor imediato será responsável objetivamente quando fizer a pesagem ou a medição e o instrumento utilizado não estiver aferido segundo os padrões oficiais.

---

**48. Sobre a proteção contratual do consumidor, é correto afirmar:**

a) É nula a cláusula de eleição de foro, devendo o juiz decretá-la de ofício quando o consumidor ajuizar a ação no foro eleito que seja diferente do seu foro de domicílio.

b) É possível a estipulação de cláusula de opção de não renovação de contrato de seguro de vida em grupo, desde que haja idêntica previsão em benefício do consumidor, quando houver equilíbrio econômico-financeiro no contrato.

c) É possível a estipulação de cláusula de ressarcimento do fornecedor pelas despesas de envio e devolução decorrentes do arrependimento do consumidor quando a aquisição do produto dá-se fora do estabelecimento comercial

d) No caso de reconhecimento da abusividade de uma cláusula, cabe ao juiz decretar a nulidade de todo o negócio jurídico, de modo a garantir a boa-fé nas relações de consumo.

e) A nulidade de cláusulas consideradas abusivas só pode ser decretada nos contratos de adesão, já que nos contratos nos quais as cláusulas foram discutidas pelas partes deve prevalecer a manifestação e a autonomia da vontade.

---

**49. Acerca da responsabilidade civil nas relações de consumo, é correto afirmar:**

a) A vítima de atropelamento de um ônibus comercial que transportava passageiros também é considerada como consumidora para os fins de responsabilização civil, ainda que não tenha nenhum vínculo contratual com a empresa prestadora do serviço.

b) É cabível a responsabilização do fabricante de faca pelo fato do produto em razão de o consumidor ter se cortado ao manuseá-la durante o preparo de uma refeição.

c) Como regra, por se tratar de obrigação de meio, a responsabilidade civil dos médicos, profissionais liberais que são, é subjetiva, enquanto que a dos hospitais, qualificados como fornecedores de serviços, nas mesmas circunstâncias, é objetiva.

d) O consumidor que adquire um produto com defeito pode, a seu critério, exigir imediatamente do comerciante a substituição do produto, a restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço.

e) O comerciante, o fabricante, o produtor e o importador respondem objetiva e solidariamente pelos danos causados ao consumidor pelo fato do produto.

---

**50. Quanto à legislação aplicável às relações de consumo, é correto afirmar:**

a) Pelo princípio da especialidade, a regra geral é a adoção do Código de Defesa do Consumidor - CDC, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil ou outra legislação específica apenas quando omissos o CDC e no que com ele não conflitar.

b) Pelo princípio da especialidade, nas ações coletivas que têm por objeto relações de consumo, aplica-se preferencialmente o Código de Defesa do Consumidor e, apenas em caso de omissão, subsidiariamente deve ser aplicado o Código de Processo Civil e a Lei de Ação Civil Pública.

c) No âmbito penal, configurada a relação jurídica de consumo, apenas as condutas tipificadas no Código de Defesa do Consumidor são puníveis, restando a aplicação do Código Penal apenas quanto à sua parte geral.

d) Ante o exaustivo regime contratual estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor, entende-se que não se aplicam às relações de consumo os defeitos do negócio jurídico previstos no Código Civil.

e) Pela teoria do diálogo das fontes, deve-se buscar a aplicação, tanto quanto possível, de todas as normas que tratam do tema, gerais ou especiais, de modo a garantir a tutela mais efetiva ao grupo vulnerável protegido pela lei, o que pode levar, por exemplo, à aplicação do Código Civil em detrimento do Código de Defesa do Consumidor quando o primeiro for mais favorável.

---

**DIREITO PENAL**

**51. A sentença criminal condenatória estrangeira é eficaz no direito brasileiro**

a) inclusive para fins de reincidência.

b) somente para sujeitar o agente à medida de segurança.

c) somente para sujeitar o agente à reparação do dano, à restituição e outros efeitos civis.

d) somente nos casos expressos de extraterritorialidade incondicionada da lei estrangeira.

e) somente quando se tratar de crime executado no Brasil, cujo resultado se produziu no estrangeiro.

**52. Considerando a teoria do crime, assinale a alternativa correta.**

a) Conforme entendimento jurisprudencial, é suficiente para fundamentar a aplicação do princípio da insignificância a presença de um dos seguintes elementos: mínima ofensividade da conduta do agente, ínfima periculosidade da ação, ausência total de reprovabilidade do comportamento e mínima expressividade da lesão jurídica.

b) O abolicionismo, ou minimalismo penal, propõe a eliminação total da pena de prisão como mecanismo de controle social e sua substituição por outro mecanismo de controle.

c) A teoria constitucionalista do delito preconiza que o direito penal somente poderá ser aplicado diante de condutas capazes de causar lesão (ou perigo de lesão) concreta e intolerável aos bens jurídicos com relevância penal.

d) Idealizado por Günter Jakobs, o direito penal do inimigo é considerado um direito penal de terceira velocidade, por utilizar a pena privativa de liberdade, mas, também, permitir a flexibilização de garantias materiais e processuais de todos integrantes da sociedade, podendo, inclusive, ser observado no direito brasileiro alguns institutos da lei que trata dos crimes hediondos.

---

**53. Assinale a alternativa correta.**

a) A compensação de culpa deve ser aplicada para efeito de responsabilização do resultado lesivo causado no direito penal pátrio.

b) A culpa inconsciente ocorre quando o agente prevê o resultado, mas espera que ele não ocorra.

c) Para caracterização da conduta típica culposa basta a inobservância do dever de cuidado do agente.

d) O dolo alternativo consiste na vontade e consentimento do agente a produzir um ou outro resultado.

---

**54. Para substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos impõe-se, de acordo com o Código Penal, que**

a) a pena originária seja de até 4 anos.

b) o réu seja primário em crime doloso.

c) a substituição seja socialmente recomendável.

d) o réu tenha bons antecedentes.

e) as circunstâncias judiciais indiquem a suficiência da substituição.

---

**55. De acordo com as regras da parte geral do Código Penal:**

a) o julgador pode deixar de fixar o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade ao acusado na sentença condenatória para que essa fixação seja aplicada pelo juízo da execução criminal após análise criminológica.

b) após iniciada a execução de um crime e ocorrida a interrupção dessa execução por circunstâncias alheias à vontade do agente, tem-se a chamada tentativa perfeita.

c) a desistência voluntária consiste na interrupção da execução de um crime após o agente tê-la iniciado, enquanto que o arrependimento eficaz consiste na ação do agente para impedir que o resultado do crime ocorra depois de estar bem mais próximo de todo o processo executório da infração ou tê-lo percorrido integralmente.

d) são requisitos da legítima defesa: a reação a uma agressão atual ou iminente e injusta, a defesa de um direito próprio ou alheio e o elemento subjetivo.

---

**56. A tutela de bens jurídicos de interesse estatal, entre os quais estão a Administração Pública e as suas finanças, também sofreu alterações nas últimas décadas.**

Sobre essa tutela penal, é correto afirmar:

a) É penalmente típica a conduta de quem admite à licitação ou celebra contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo, mas não a de quem venha a licitar ou a contratar com a Administração Pública.

b) A subtração de dinheiro, valor ou bem, quando praticada, contra a Administração Pública, por funcionário público que se vale da



facilidade que lhe proporciona essa qualidade pessoal, é punida como peculato e não como furto.

c) São penalmente típicas as condutas de ordenar ou de executar medida privativa de liberdade individual sem as formalidades legais ou com abuso de poder, mas não o é a conduta de deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente, a prisão ou a detenção de qualquer pessoa, embora essa omissão possa ser causa de anulação do fagrante.

d) A corrupção passiva é crime de funcionário público contra a Administração Pública, enquanto que a corrupção ativa é crime de particular contra essa mesma Administração, configurando-se a primeira sempre que se configurar a segunda e vice-versa

e) A ordenação de despesa pública não autorizada por lei está tipificada como crime contra as finanças públicas, mas não o está a realização de operação de crédito sem autorização legislativa, por ser esta regida pelas normas do Banco Central.

---

**57. Mediante promessa de pagamento de cem reais, a intrometida vizinha Florisbela participa dolosamente do infanticídio executado pela jovem mãe Aldegunda que, em desespero, se encontrava então sob forte influência do estado puerperal. Sobre Florisbela, à vista do entendimento hoje dominante na doutrina, com esses dados em princípio pode-se afirmar que**

a) responderia por homicídio doloso qualificado, caso a lei brasileira classificasse o infanticídio como modalidade privilegiada de homicídio.

b) responderia por homicídio privilegiado, com Aldegunda, caso a lei brasileira classificasse o infanticídio como modalidade privilegiada de homicídio.

c) responde por homicídio qualificado.

d) responde por infanticídio qualificado.

e) responde por infanticídio privilegiado, com Aldegunda.

---

**58. Assinale a alternativa correta.**

a) Ocorrendo a prescrição da pretensão executória, a vítima não tem à sua disposição o título executivo judicial para promover a liquidação e execução cível.

b) Os prazos prescricionais, configurados antes de a sentença transitar em julgado, devem ser exasperados diante da reincidência do agente.

c) Nos crimes contra a ordem tributária, a prescrição ocorre pelo pagamento do tributo antes do oferecimento da denúncia.

d) O oferecimento da denúncia ou da queixa não interrompe a prescrição.

---

**59. Constitui crime contra a dignidade sexual praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso, sem violência ou grave ameaça, com alguém não deficiente mental ou enfermo**

a) menor de dezoito anos e maior de dezesseis anos.

b) menor de dezoito anos e maior de quatorze anos em situação de prostituição.

c) menor de vinte e um anos e maior de quatorze anos em situação de prostituição.

d) em situação de prostituição, independentemente da idade.

e) menor de dezesseis anos e maior de quatorze anos.

---

**60. Em vista do direito vigente,**

a) o crime de posse de drogas ilícitas para consumo pessoal tem prazo prescricional ordinário de dois anos.

b) o crime de associação para fins de tráfico reclama a composição mínima de 3 agentes.

c) no tráfico de drogas é vedada a conversão em penas restritivas de direitos, mesmo se cabível à luz dos critérios da parte geral do Código Penal.

d) no tráfico de drogas com causa específica de diminuição é, em tese, viável a suspensão condicional da pena.

e) a oferta gratuita de drogas não caracteriza a traficância.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**61. Em relação às disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal,**

a) em caso de crimes processados mediante ação penal de iniciativa pública, o oferecimento da ação penal é de competência privativa e exclusiva do Ministério Público.

b) a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, o sexo e também a idade do apenado.

c) a defesa técnica no processo penal, como garantia exclusiva do acusado, é renunciável, desde que a renúncia seja homologada pelo juiz constitucionalmente competente.

d) a garantia constitucional da duração razoável do processo somente se aplica à segunda fase da persecução penal, consubstanciada na ação penal de conhecimento de natureza condenatória.

e) a regra, no processo penal, é a publicidade restrita, em razão do caráter infamante do processo penal.

---

**62. Em relação ao inquérito policial e à ação penal, é correto afirmar:**

a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras tiver notícia.

b) Nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada, a ação penal somente pode ser intentada mediante representação do ofendido, mas a autoridade policial pode instaurar inquérito policial de ofício.

c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa, salvo quando decretado o sigilo do inquérito policial.

d) O perdão concedido por um dos querelantes se estenderá aos demais.

e) Não se admite renúncia tácita na ação penal de iniciativa privada.

---

**63. Em relação à prisão temporária,**

a) poderá ser prorrogada quantas vezes forem necessárias, desde que a prisão temporária seja imprescindível para investigação da infração penal.

b) o preso somente pode ser posto em liberdade mediante alvará de soltura expedido pelo juiz que decretou a prisão temporária.

c) poderá ser decretada em caso de crime grave ou hediondo, para assegurar a aplicação da lei penal.

d) poderá ser decretada em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal.

e) o Juiz poderá, de ofício, determinar que o preso lhe seja apresentado.

---

**64. Concedido perdão pelo ofendido/querelante, em ação privada, o juiz intima o ofensor/querelado para dizer se o aceita. O silêncio do intimado**

a) não produz nenhum efeito, devendo o procedimento seguir sua marcha.

b) não produz nenhum efeito, devendo o juiz determinar que o Ministério Público assumira a ação penal.

c) será interpretado como aceitação, devendo o juiz julgar extinta a punibilidade.

d) será interpretado como aceitação, devendo o juiz proferir sentença de absolvição.

---

**65. Antônio, assistido por Defensor Público, foi condenado em primeiro grau pela prática do delito de roubo qualificado. Interposto e arrazoado recurso de apelação contra esta decisão, a defesa de Antônio não foi intimada da inclusão, em pauta de julgamento, do seu recurso de apelação. Diante disso,**

a) a intimação pessoal do Defensor Público era medida necessária.

b) apenas a intimação do Ministério Público deveria ter sido pessoal.



- c) a falta de intimação pela imprensa do Defensor Público é causa de nulidade absoluta.
- d) era necessária a intimação do Defensor Público por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.
- e) a intimação do Ministério Público poderia ter sido feita por órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.

---

**66. Assinale a alternativa correta:**

- a) Nos casos de conexão de natureza objetiva, em que exista a presença de crimes para os quais estão previstos ritos processuais diferentes, deverá ser adotado o procedimento mais abrangente, em observância aos postulados do contraditório e da ampla defesa.
- b) Operada a desclassificação, com o afastamento da figura dolosa pelo plenário do júri, o juiz presidente passa a ter competência para o julgamento do militar acusado pela prática de homicídio em desfavor de vítima civil.
- c) Praticado crime de tráfico transnacional de entorpecentes em município que não seja sede de vara da Justiça Federal, caberá ao juízo estadual competente o processo e o julgamento do delito, com recurso para o Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) Compete aos Tribunais de Justiça o julgamento de autor de contravenção penal detentor de foro por prerrogativa funcional em Tribunal Regional Federal, tendo em vista que por expressa previsão constitucional não compete à Justiça Federal o julgamento das contravenções
- e) Nos crimes praticados fora do território nacional, mas que incida a regra da extraterritorialidade da lei penal, será competente o juízo da capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Caso o acusado nunca tenha residido no Brasil, a competência será definida pela pre-venção entre os juízos das Capitais dos Estados da República.

---

**67. Conforme expressamente previsto em lei, ainda que o acusado, citado por edital, não compareça e nem constitua advogado, o feito prosseguirá até o julgamento, com a nomeação de defensor dativo, no processo por crime**

- a) lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
- b) tráfico ilícito de drogas.
- c) violência doméstica e familiar contra a mulher
- d) extorsão mediante sequestro.
- e) porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

---

**68. No rito especial do Tribunal do Júri, contra a sentença de absolvição sumária e a de impronúncia caberá**

- a) apelação, em ambos os casos.
- b) recurso em sentido estrito, em ambos os casos.
- c) apelação e recurso em sentido estrito, respectivamente.
- d) recurso em sentido estrito e apelação, respectivamente.

---

**69. Em relação aos recursos no processo penal, é correto afirmar:**

- a) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor.
- b) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que impronunciar o réu.
- c) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que deferir pedido de prisão preventiva.
- d) Convencido pelas contrarrazões da defesa, o Ministério Público poderá desistir do recurso que haja interposto.
- e) Caberá recurso em sentido estrito da decisão que conceder, mas não da que negar fiança.

---

**70. De acordo com a Lei nº 9.099/95,**

- a) não se admitirá proposta de suspensão condicional do processo se ficar comprovado ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de 5 (cinco) anos, por outra suspensão condicional do processo.
- b) aceita a transação penal, caberá apelação da decisão judicial que aplicar a pena restritiva de direitos ou multa.

- c) no procedimento sumaríssimo, caberá recurso em sentido estrito da decisão de rejeição da denúncia ou queixa.
- d) em caso de infração de menor potencial ofensivo, a composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no próprio Juizado Especial Criminal.
- e) a competência do Juizado será determinada, em regra, pelo local de residência do ofendido.

---

**DIREITO DAS EXECUÇÕES PENAS**

---

**71. Assinale a opção correta acerca da execução penal.**

- a) A prática de falta grave resulta na revogação obrigatória de até um terço do tempo remido, recomeçando a contagem a partir do trânsito em julgado da decisão revogatória.
- b) Admite-se que o preso, por força de medida cautelar pessoal, possa remir por trabalho e por estudo parte do tempo de execução da pena.
- c) De acordo com a Lei de Execução Penal, nas execuções penais relacionadas a crimes perpetrados com violência doméstica e familiar, é obrigatória a participação do agressor em programas de recuperação e reeducação, como condição para progressão de regime prisional e gozo de outros benefícios.
- d) A concessão do indulto extingue todos os efeitos da condenação, vedada a menção desta nas certidões de antecedentes criminais.
- e) O cometimento de novo delito durante o período de prova do livramento condicional prorroga automaticamente o lapso temporal de avaliação do sentenciado, até decisão final de mérito nesse novo delito, e obsta a extinção da punibilidade.

---

**72. Quanto à remição, correto afirmar que**

- a) o juiz, em caso de falta grave, pode revogar até metade do tempo remido.
- b) cabível pelo estudo apenas na forma presencial.
- c) aplicável ao preso provisório.
- d) o tempo remido não será computado como pena cumprida.
- e) incabível pelo estudo para o condenado que usufrua de liberdade condicional.

---

**73. Sobre a Lei de Execuções Penais, assinale a alternativa correta:**

- I. O Regime Disciplinar Diferenciado – RDD aplica-se aos presos provisórios e aos condenados, exigindo, a inserção, decisão fundamentada do juiz da execução.
- II. Livramento condicional, permissão de saída, remição e progressão de regime, dentre outros, são considerados como incidentes de execução.
- III. Compete ao juiz da execução decidir, dentre outros, sobre permissões de saída, progressão ou regressão de regimes, detração e remição, livramento condicional.
- IV. A revogação do livramento condicional não acarreta a perda dos dias remidos.
  - a) Somente as proposições I e III estão corretas.
  - b) Somente as proposições II e III estão corretas.
  - c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
  - d) Somente as proposições III e IV estão corretas.
  - e) Todas as proposições estão corretas.

---

**74. Silas, condenado por roubo, em regime inicial fechado de cumprimento de pena, após regular progressão para o regime prisional semiaberto, obteve o direito de saídas temporárias. Decorrido o prazo concedido, Silas não retornou ao estabelecimento prisional, por ter sido preso em flagrante delito, na data anterior ao dia do retorno, por suposta participação em novo crime de roubo, em concurso de pessoas.**



**Nesse caso, de acordo com os dispositivos da LEP e o entendimento dos tribunais acerca do tema,**

a) a contagem do prazo para o interstício necessário ao preenchimento do requisito objetivo para a concessão do benefício da progressão de regime deve ser suspensa até a decisão final do processo criminal relativo ao novo delito.

b) o juiz poderá ordenar a regressão de regime prisional de Silas, após a regular instauração do procedimento administrativo disciplinar, considerando como limite o regime anterior e suspendendo o direito a novos benefícios até decisão final de mérito da sindicância.

c) ocorrerá alteração da data-base, para o reinício da contagem do prazo para a progressão de regime, no que concerne ao restante da pena a ser cumprida, sem que seja interrompido o período aquisitivo para a obtenção de outros benefícios da execução penal, a exemplo da comutação da pena.

d) o benefício de saídas temporárias concedido a Silas deve ser revogado, sendo vedada nova concessão no curso do cumprimento da pena, ainda que ele seja absolvido do novo processo penal ou seja cancelada a punição disciplinar.

e) Silas não sofrerá qualquer consequência imediata com relação à execução da pena, uma vez que o fato de não ter retornado ao estabelecimento prisional foi involuntário, devendo, em face do princípio da presunção de inocência, aguardar o trânsito do processo criminal; se condenado, deve ser submetido a eventual punição disciplinar.

**75. Assinale a opção correta no que concerne à remição penal, de acordo com a LEP.**

a) Os presos custodiados em decorrência do cumprimento de medida cautelar privativa de liberdade poderão remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo da execução provisória da pena.

b) O sentenciado que sofrer acidente no trabalho e, conseqüentemente, ficar impossibilitado de prosseguir trabalhando e estudando continuará a se beneficiar com a remição apenas pelo trabalho.

c) A remição, de acordo com preceito expresso na LEP, será declarada mensalmente pelo juiz da execução, com base nos registros do condenado acerca dos dias trabalhados e(ou) de estudo, ouvidos o MP e a defesa.

d) A remição pelo trabalho e pelo estudo contempla os condenados que cumpram pena em regime fechado, semiaberto e aberto, não se estendendo aos que estejam em gozo de liberdade condicional.

e) A LEP veda, de forma expressa, a cumulação de horas diárias de trabalho e de estudo para idêntica finalidade de remição, definindo, no mínimo, três dias por semana para estudo e o restante para o trabalho, de forma a se compatibilizarem.

**DIREITO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

**76. São linhas de ação da política de atendimento à criança e ao adolescente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:**

a) retomar práticas referentes à doutrina da situação irregular, protegendo crianças e adolescentes de sua condição de vulnerabilidade social.

b) realizar campanha de estímulo ao acompanhamento sob forma de guarda e adoção de crianças ou adolescentes com deficiência, afastados do convívio familiar.

c) adotar práticas higienistas, cuidando para que crianças e adolescentes não fiquem expostos a riscos, recolhendo-os da situação de rua, caso nessa condição se encontrem.

d) produzir cursos e organizar eventos que indiquem à opinião pública que o sistema de responsabilização do adolescente pela prática de ato infracional se coaduna com a doutrina da indiferença penal.

e) estimular o recrudescimento no trato com as famílias que foram incluídas em programas de transferência de renda, mas que não reverteram tal benefício em prol da educação de suas crianças e adolescentes.

**77. A respeito da suspensão e perda do poder familiar, é correto afirmar:**

a) Se o requerido estiver preso, poderá ser citado na pessoa de seu advogado ou por edital.

b) Serão decretadas somente por autoridade policial, em procedimento verificatório, no primeiro caso, e contraditório, no segundo.

c) A suspensão não pode ser determinada liminarmente ou de forma incidental, pela autoridade judiciária, mas somente após a finalização do procedimento verificatório.

d) O prazo máximo para conclusão do procedimento é de 120 (cento e vinte) dias, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

e) Somente a decisão judicial sobre perda, e não a suspensão do poder familiar, deverá ser averbada à margem do registro de nascimento da criança e do adolescente, independentemente do trânsito em julgado da decisão.

**78. Tomando por base as disposições trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente com relação à apuração de ato infracional praticado por adolescente, pode-se afirmar:**

a) Se a autoridade policial que receber a ocorrência entender não ser caso de apreensão do adolescente em flagrante, mas ainda houver indícios de sua participação na prática de ato infracional, fará ela o encaminhamento de relatório de investigação e demais documentos ao representante do Ministério Público.

b) Em caso de não liberação do adolescente acusado da prática de ato infracional, a autoridade policial o encaminhará ao representante do Ministério Público e, em não sendo possível a apresentação imediata e não houver entidade de atendimento na região a recebê-lo, o mesmo permanecerá na repartição policial em local apropriado e separado dos demais, no período máximo de uma semana.

c) Em caso de flagrante por ato infracional não cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial deverá lavrar auto de apreensão em flagrante, não podendo substituí-lo por registro de boletim de ocorrência circunstanciado, remetendo-o à autoridade competente.

d) Em caso de apreensão em flagrante envolvendo co-autoria entre adolescente e maior, mesmo onde houver repartição policial especializada para atendimento do primeiro, prevalecerá a repartição policial comum, haja vista que, nesse caso, deverá ser lavrado o auto de prisão em flagrante delito.

e) Apresentado o adolescente ao representante do Ministério Público, este procederá à sua oitiva informal, sempre que estiver acompanhado de seus pais ou responsável e, em caso de ausência destes no ato, procederá à redesignação de data.

**79. É uma das atribuições do Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:**

a) Oferecer em sua sede reforço escolar, a fim de garantir ações de complementação de contraturno escolar.

b) Representar à autoridade judiciária em caso de ações de suspensão ou perda do poder familiar.

c) Expedir notificações.

d) Assessorar o Poder Legislativo na elaboração de leis que assegure direitos e garantias à criança e ao adolescente.

e) Manter em sua sede um profissional da psicologia, a fim de garantir o atendimento psicológico às famílias.

**80. Com relação à medida socioeducativa aplicada a adolescente autor de ato infracional, é correto afirmar:**

a) No caso de ser ela a medida de advertência, esta será sempre na modalidade verbal, sem necessidade de redução de seu teor a termo.

b) Não será levada em conta a gravidade da infração praticada.

c) Em algumas hipóteses, poderá ser determinada a imposição de trabalho forçado, se o adolescente já tiver completado dezesseis anos de idade.

d) A imposição do cumprimento de medida de semiliberdade se dará sempre como forma derivada de inserção em regime mais brando, não podendo o adolescente iniciar seu acompanhamento nessa modalidade.

e) Levar-se-á em conta, para sua aplicação, a capacidade de o adolescente cumpri-la.



## DIREITO TRIBUTÁRIO

### 81. Em relação às espécies de responsabilidade tributária, na responsabilidade

- a) de devedores solidários, por terem eles interesse comum na situação constituinte do fato gerador, cabe o benefício de ordem.
- b) por transferência, o responsável tributário responde por débito próprio, após a ocorrência do fato gerador.
- c) de devedores sucessores, a obrigação é transferida para outro devedor em razão da remissão do devedor original.
- d) por substituição, o não recolhimento do tributo pelo substituto retransmite a responsabilidade das obrigações acessórias para o contribuinte substituído.
- e) de terceiros devedores, o dever em relação ao patrimônio de outrem exsurge, em geral, do vínculo jurídico existente para com incapazes ou entes despersonalizados.

### 82. Dentre as hipóteses constitucionais de vedação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para instituir impostos é autoaplicável a imunidade sobre

- a) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- b) partidos políticos, inclusive suas fundações.
- c) entidades sindicais dos trabalhadores.
- d) instituições de educação.
- e) entidades de assistência social, sem fins lucrativos.

### 83. Nos termos do artigo 148, inciso I da Constituição Federal, a União poderá, mediante lei complementar, instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, sem sujeição ao princípio da anterioridade tributária, anual e nonagesimal, em situação de

- a) relevante interesse nacional.
- b) investimento público de caráter urgente.
- c) ameaça de calamidade pública.
- d) temor de perturbação da ordem interna.
- e) iminência de guerra externa.

### 84. Recém-nascido recebe como herança a propriedade de um bem imóvel, localizado em zona urbana e residencial. Diante desse fato, considerando-se o disposto no artigo 126, inciso I do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- a) a sujeição passiva tributária recai sobre o representante legal do menor, pois ele é insuscetível de capacidade tributária.
- b) o tributo é indevido por força da aplicação da cláusula pecunia non olet, decorrente do princípio da interpretação subjetiva do fato gerador.
- c) a relação pessoal e direta com o fato gerador é irrelevante para fins tributários, porém não abrange a pessoa natural absolutamente incapaz.
- d) o menor é o contribuinte dos tributos relativos ao bem, pois a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil da pessoa natural.
- e) a incapacidade civil do menor elide a sujeição tributária passiva, pois esta depende de prévia análise objetiva do fato imponible.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

### 85. A expressão regime jurídico-administrativo é utilizada para designar

- a) os regimes de direito público e de direito privado a que pode submeter-se a Administração Pública.
- b) o conjunto das prerrogativas e restrições a que está sujeita a Administração Pública e que não se encontram nas relações entre particulares.
- c) as restrições a que está sujeita a Administração Pública, sob pena de nulidade do ato administrativo, excluindo-se de seu âmbito as prerrogativas da Administração.
- d) as prerrogativas que colocam a Administração Pública em posição de supremacia perante o particular, excluindo-se de seu âmbito as restrições impostas à Administração.

### 86. Sobre os poderes inerentes à Administração Pública, é correto afirmar que

- a) o poder normativo ou regulamentar atribuído à Administração Pública permite a edição de atos normativos originários, por competência própria, outorgada pela Constituição.
- b) o exercício do poder disciplinar visa apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, não sendo aplicado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.
- c) a organização hierárquica é atribuição exclusiva do Poder Executivo, havendo, portanto, somente nesse âmbito, incidência do poder hierárquico.
- d) o poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

### 87. A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul adquiriu equipamentos de informática por meio de licitação, na modalidade concorrência a que se refere o artigo 22 da Lei nº 8.666/93, os quais deveriam ser entregues no prazo de 30 dias após a assinatura do contrato. Transcorrido o prazo definido no ajuste para execução do objeto, a contratada não adimpliu a obrigação. Nessa situação, a Administração está autorizada a

- a) iniciar procedimento para aplicação de multa, sanção que, pela natureza, prescinde, para sua incidência, de estar prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- b) iniciar procedimento para rescindir unilateralmente o contrato, hipótese em que ficará impedida de aplicar multa e demais sanções previstas em lei; no entanto, permitirá que a Administração contrate diretamente o mesmo objeto, por meio de dispensa de licitação fundamentada na situação de emergência.
- c) iniciar procedimento sancionatório para aplicação de multa, na forma prevista no contrato, o que não a impedirá de rescindir unilateralmente o ajuste e aplicar outras sanções previstas em lei.
- d) realizar nova contratação do mesmo objeto, situação em que não há exigência de que o contrato vigente seja rescindido.
- e) aplicar ao contratado, garantida a defesa prévia, a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 5 anos.

### 88. A Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000, traz o conceito de transferência voluntária e estabelece os requisitos para que ela se realize. A partir da definição legal, é correto afirmar que

- a) as transferências voluntárias consubstanciam-se na entrega de recursos correntes ou de capital de um ente da federação para outro em cumprimento de expressa determinação constitucional ou legal.
- b) a entrega de recursos de capital a outro ente da federação não é considerada, pela lei, como transferência voluntária, mesmo quando seja feita a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira.
- c) as transferências voluntárias são necessariamente formalizadas por meio de convênios, sob pena de nulidade de pleno direito.
- d) a entrega de recursos correntes ou de capital de um ente da federação para outro a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira é considerada, pela lei, como transferência voluntária, desde que não decorra do cumprimento de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde.
- e) a realização de transferências voluntárias independe da existência de dotação orçamentária específica e da observância do disposto no artigo 167, X, da Constituição Federal.

### 89. Considerando as várias formas de gestão de serviços públicos previstas no direito brasileiro, é correto afirmar que

- a) é possível a gestão associada de serviços públicos entre entes federativos, por meio de convênios de cooperação ou consórcios públicos.
- b) a execução direta de serviços públicos, prevista na Constituição Federal, é aquela realizada, tão somente, pela Administração Direta.
- c) a Administração Pública é plenamente livre para escolher a forma de gestão do serviço público, se por execução direta ou delegada, por instrumento contratual.



d) atividades exclusivas do Estado, delegáveis por sua própria natureza, poderão ser objeto de concessão, permissão ou autorização de serviço público.

---

**90.O Regime Diferenciado de Contratação, instituído pela Lei Federal n.º 12.462/11,**

- a) é obrigatório para a construção e/ou reforma de estádios, aeroportos e obras de infraestrutura.
- b) prevê o critério de julgamento pelo maior retorno econômico para os contratos que resultem em receita para a Administração Pública.
- c) prevê que a publicidade do orçamento estimado para a contratação se dará apenas após o encerramento da licitação.
- d) poderá ser utilizado para aquisição de medicamentos e equipamentos médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

---

**91.Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre aspectos do processo administrativo.**

- a) É legítima a exigência de depósito prévio ou arrolamento prévio de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- b) No processo administrativo para imposição de multa de trânsito, é necessária somente a notificação da autuação, com a consequente imposição da pena se não houver defesa do autuado.
- c) É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar, sob pena de violação da Constituição Federal.
- d) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

---

**DIREITOS HUMANOS**

**92. Sobre a previsão na Constituição Federal dos direitos humanos e dos tratados internacionais de direitos humanos, é correto afirmar:**

- a) A Constituição Federal estabelece que as propriedades urbanas e rurais de qualquer região do país onde for localizada a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- b) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República e o Defensor Público-Geral Federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderão suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- c) A Constituição Federal dispõe expressamente que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a prevalência dos direitos humanos.
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, como ocorreu recentemente com a Convenção Internacional sobre a proteção de direitos de todos os migrantes trabalhadores e membros de sua família.
- e) A Constituição Federal prevê que o Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos, mas veda a submissão à jurisdição do Tribunal Penal Internacional por permitir a extradição de brasileiros.

---

**93.A respeito da dignidade humana, considere as seguintes afirmações:**

I. Na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é possível identificar usos habituais da dignidade humana na fundamentação da criação jurisprudencial de novos direitos, na formulação da interpretação adequada das características de um determinado direito, na criação de limites à ação do Estado e na fundamentação

do juízo de ponderação e escolha da prevalência de um direito em prejuízo de outro.

II. Segundo o iluminista John Locke, a dignidade humana consiste que cada indivíduo é um fim em si mesmo, com autonomia para se comportar de acordo com seu arbítrio, nunca um meio ou instrumento para a consecução de resultados, não possuindo preço por ser insubstituível. Assim, o ser humano tem o direito de ser respeitado pelos demais e também deve reciprocamente respeitá-los.

III. O imperativo categórico de São Tomás de Aquino reconhece a dignidade como qualidade inerente ao ser humano que nos separa dos demais seres e objetos, na medida em que a pessoa é uma substância individual de natureza racional e centro da criação pelo fato de ser imagem e semelhança de Deus.

IV. A dignidade da pessoa não deve ser considerada exclusivamente como algo inerente à natureza humana, na medida em que possui também um sentido cultural fruto do trabalho de diversas gerações e da humanidade em seu todo, de modo que as dimensões natural e cultural se complementam e interagem.

V. Hannah Arendt, ao refletir sobre a trágica experiência dos totalitarismos do século XX, verificou que a política de supressão de nacionalidade alemã a grupos minoritários excluía as vítimas de toda a proteção jurídica com a privação das qualidades concretas do ser humano, reduzindo a dignidade humana a puro conceito. Arendt concluiu que a essência dos direitos humanos é o direito a ter direitos.

Estão corretas APENAS as afirmações:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) II e IV.
- d) I, IV e V.
- e) I, III e V.

---

**94.Sobre os Programas Nacionais de Direitos Humanos, é correto afirmar:**

- a) Os Programas Nacionais de Direitos Humanos possuem força vinculante para as ações dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, bem como às ações estratégicas da Defensoria Pública de concretização das políticas públicas de promoção dos direitos humanos.
- b) O II Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2) lançou ações específicas referentes ao combate à impunidade e à violência policial, tendo obtido avanços, como a adoção de leis sobre o reconhecimento do próprio Estado da responsabilidade das mortes de pessoas desaparecidas em razão de participação política, transferência da justiça militar para a justiça comum dos crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares e a tipificação do crime de tortura.
- c) Os Programas Nacionais de Direitos Humanos contam com a articulação do governo federal com a sociedade civil para a elaboração da redação comum, reconhecendo-se, porém, o caráter governamental desses Programas, já que a sociedade civil colabora, mas não decide.
- d) O III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) causou ampla repercussão na mídia e em grupos de interesses contrários a determinadas ideias defendidas, gerando alterações no texto original, como, por exemplo, a posterior inclusão da mediação nos conflitos agrários como medida preliminar à avaliação da concessão de medidas liminares.
- e) No Brasil, a competência administrativa de realizar políticas públicas de implementação de direitos humanos é exclusiva da União, já que as obrigações de reparar os danos e prevenir condenações internacionais confirmam o interesse deste ente federativo para agir e estabelecer as ações estratégicas no plano interno.

---

**95.No tocante à interpretação e aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos, é INCORRETO afirmar:**



a) As reservas à Convenção Americana de Direitos Humanos devem ser interpretadas restritivamente como diretriz hermenêutica do princípio da interpretação pro homine.

b) O princípio da primazia da norma mais favorável ao indivíduo é insuficiente nos hard cases, nos quais dois direitos de indivíduos distintos entram em conflito aparente, em decorrência da relatividade e coexistência dos direitos humanos.

c) O Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com o intuito de tornar a interpretação dos direitos humanos mais aberta e plural, podem admitir a participação de amicus curiae.

d) Nenhuma disposição do Pacto de San José da Costa Rica pode ser interpretada no sentido de excluir outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo, como o direito de resistência e o direito de oposição a um governo injusto.

e) A teoria da margem da apreciação é baseada na subsidiariedade da jurisdição internacional e ponderada pelo princípio da proporcionalidade, sendo esse instrumento de interpretação adotado frequentemente pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

---

## DIREITO INSTITUCIONAL

### 96.A independência funcional

- a) é prerrogativa do cargo de Defensor Público.
- b) impede que o Defensor Público seja removido de suas funções.
- c) no exercício da atividade obriga o Defensor Público a prestar contas apenas à sua consciência.
- d) autoriza o Defensor Público a não patrocinar ação judicial quando inconveniente aos interesses da parte.
- e) cede frente às informações técnico-jurídicas dos Núcleos Especiais da Defensoria Pública.

---

### 97.Considere as seguintes afirmativas:

I. O Corregedor-Geral, no exercício de correição, é competente para aconselhar o Defensor Público para que a solução jurídica do caso concreto seja a melhor para o destinatário do serviço público de assistência jurídica integral e gratuita.

II. As despesas com a realização do exame de código genético (DNA), que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade, estão entre as isenções de assistência judiciária gratuita.

III. É direito da pessoa que busca o atendimento da Defensoria Pública a revisão de sua pretensão no caso de recusa de atuação do Defensor Público.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

---

**98.A Lei Complementar nº 80/94 dispõe que é função institucional " impetrar habeas corpus, mandado de injunção, habeas data e mandado de segurança ou qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução". (Redação dada pela Lei Complementar nº 132/09).**

Considere o texto acima e analise as afirmativas a seguir.

I. A Defensoria Pública Geral possui legitimidade exclusiva para tais medidas judiciais, uma vez que lhe cabe a representação judicial da Defensoria Pública.

II. Os órgãos de execução, sem exclusão da Defensoria Pública Geral, possuem legitimidade para tais medidas judiciais, pois as garantias do cargo servem inclusive para neutralização de eventuais abusos de outros órgãos.

III. Conquanto o dispositivo esteja na lista de funções institucionais, pode ser considerada uma prerrogativa institucional a consolidar a autonomia constitucional da Defensoria Pública.

IV. "Qualquer outra ação em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução" admitiria, por exemplo, o interdito proibitório para garantir a inviolabilidade do local de trabalho do Defensor Público.

Estão corretas APENAS as afirmativas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

---

**99.Comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, ainda quando estes se acharem presos ou detidos, mesmo incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais, prisionais e de internação coletiva, independentemente de prévio agendamento".**

**No regime jurídico da Defensoria Pública, essa regra é legalmente classificada como**

- a) dever do cargo.
- b) proibição do cargo.
- c) prerrogativa do cargo.
- d) direito do cargo.
- e) garantia do cargo.

---

**100.Quanto ao tema da Defensoria Pública na Constituição Federal, considere as seguintes afirmativas:**

I. A Lei Complementar nº 80/94 dispõe que a Defensoria Pública da União deve atuar com exclusividade nos Tribunais Superiores, refletindo a prevalência de competências da União sobre os Estados- membros no regime federalista brasileiro que está desenhado na Constituição Federal de 1988.

II. A função institucional de representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos, confirma a Defensoria Pública como órgão destinado à defesa de direitos fundamentais, considerando não só a Constituição de 1988, mas o bloco que abrange tratados internacionais de direitos humanos e sua respectiva jurisprudência.

III. Para assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais mesmo quando custodiadas pelo Estado, a Defensoria Pública necessita de autorização judicial para ingressar em estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, para que não haja violação de prerrogativas do Poder Executivo, desequilibrando o sistema de freios e contrapesos.

Está correto APENAS o que se afirma em

- a) II
  - b) I
  - c) III
  - d) I e II
  - e) II e III
-